



Missão de Observação Eleitoral da OEA observará segundo turno no Brasil

3 de outubro de 2022

A Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (MOE/OEA), encabeçada pelo ex-Ministro de Relações Exteriores do Paraguai Rubén Ramírez Lezcano, saúda ao povo do Brasil, que compareceu a votar ontem, domingo, para expressar sua vontade de maneira pacífica e democrática. Em um contexto de alta tensão e polarização, a cidadania brasileira demonstrou maturidade e compromisso cívico.

A jornada eleitoral esteve marcada pelo entusiasmo e a alta participação dos votantes¹. As eleições se desenvolveram com ordem e normalidade. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entregou resultados de forma profissional e oportuna e se determinou que haverá um segundo turno em 30 de outubro. Os resultados foram reconhecidos por todos os atores políticos.

A Missão, que acompanhará de perto o processo até o segundo turno, convida os atores políticos a abandonar a polarização e os ataques pessoais, e aproveitar essa oportunidade prevista na Constituição brasileira para convencer o eleitorado com base em propostas e programas.

A MOE/OEA, que chegou ao país de forma escalonada a partir do dia 23 de setembro, foi composta por 53 observadores e especialistas de 17 nacionalidades diferentes, que estiveram presentes em 15 estados do país mais o Distrito Federal. A Missão também contou com a presença fora do território nacional, com observadores que acompanharam a votação no exterior em Miami, Porto e Washington, DC.

A Missão analisou aspectos-chave do processo, como organização eleitoral e votação no exterior, tecnologia eleitoral, justiça eleitoral, financiamento político, campanhas e liberdade de expressão, participação política das mulheres, participação política das pessoas indígenas e afrodescendentes e violência eleitoral. Da mesma forma, seus especialistas acompanharam as recomendações emitidas pelas Missões anteriores da OEA.

Durante sua estadia no Brasil, a Missão realizou reuniões com autoridades eleitorais, funcionários do governo, forças de segurança, representantes de diversas forças políticas e atores da sociedade civil para ouvir suas opiniões e perspectivas sobre o processo. No dia da eleição, os observadores também visitaram 222 locais de votação. Com base nas diversas reuniões, na análise da legislação e em outros documentos e na observação direta, a MOE/OEA pôde realizar uma análise integral do processo eleitoral.

¹ Com 99,9% das mesas apuradas, o nível de participação foi de 79,06%.

Etapa pré-eleitoral

Reforma eleitoral

Em 2021, o Brasil fez reformas no marco regulatório que rege os processos eleitorais no país. Essas modificações estavam vinculadas ao registro de federações partidárias; os critérios para a participação dos partidos e candidatos na distribuição de cadeiras; a distribuição, dentro dos partidos, dos recursos de financiamento público; a regulação da propaganda; violência política, em especial a prevenção, o combate e a punição da violência política contra as mulheres; e observação eleitoral nacional, entre outros.

A MOE/OEA reconhece os esforços contínuos das instituições brasileiras para melhorar o sistema eleitoral. Também destaca que foram levadas em consideração as recomendações emitidas por missões anteriores da OEA.

Inscrição e julgamento de candidaturas

A Missão observou que, semelhante ao que aconteceu nos processos eleitorais anteriores, durante a campanha de 2022, participaram candidatos e candidatas cujo registro estava pendente de resolução final no sistema de justiça eleitoral (em *estado sub judice*). A Missão constatou que, no dia da votação, mais de 700 candidaturas estavam nessa situação. O processo de julgamento das candidaturas inclui diversas instâncias que, por um lado, proporcionam maiores garantias, mas, por outro, alongam os prazos de forma que esses processos não sempre se adaptam aos tempos eleitorais.

Campanha

Às vésperas da eleição, houve um intenso debate sobre as urnas eletrônicas. O TSE implementou uma série de medidas para continuar fortalecendo a transparência e a segurança do processo eleitoral, e abriu novos espaços para diferentes instituições e atores nacionais conhecessem e fiscalizassem os sistemas implementados pela Justiça Eleitoral.

Em 8 de setembro de 2021, o TSE criou pela primeira vez uma Comissão de Transparência de Eleições (CTE), composta por representantes de diferentes instituições, entre elas: Tribunal de Contas da União (TCU), Congresso Nacional, Polícia Federal, Procuradoria-Geral Eleitoral, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Forças Armadas.

A CTE sugeriu 44 medidas para continuar aumentando a transparência das eleições, das quais 32 foram plena ou parcialmente atendidas, 11 serão estudadas com mais detalhes no próximo ciclo eleitoral e 1 foi

rejeitada. Da mesma forma, o TSE ampliou o alcance do Teste de Integridade² de 100 para 641 urnas, em consonância com as recomendações emitidas pelas Missões anteriores da OEA.

Diferentes atores apontaram que houve aumento dos níveis de polarização durante o processo eleitoral de 2022. A MOE/OEA lamenta que, devido a esse contexto, tenha sido alocado menos tempo e espaço durante a campanha eleitoral para o debate sobre as propostas programáticas dos diversos partidos e candidaturas. Além disso, vários atores e organizações com as quais a Missão contatou, expressaram sua preocupação com episódios de violência ocorridos durante o processo eleitoral, tanto entre candidatos e candidatas, quanto entre eleitores. A Missão condena a perda de vidas humanas devido a diferenças políticas e considera inaceitável o uso da violência.

Por outro lado, foi transmitida à Missão por vários candidatos, candidatas, autoridades e atores da sociedade civil, a grande disseminação de notícias falsas que ainda persistem como um desafio. O Tribunal Superior Eleitoral lançou novamente o Programa de Enfrentamento à Desinformação e, como novidade para as eleições de 2022, apresentou o Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições³, que permite aos cidadãos denunciar à Justiça Eleitoral a divulgação de notícias falsas, descontextualizadas ou manipuladas sobre as eleições. As reclamações recebidas são entregues em plataformas digitais⁴ e agências de checagem de fatos (*fact-checking*), que colaboram com o tribunal na iniciativa. Da mesma forma, a sociedade civil também implementou diversas iniciativas para combater a desinformação no contexto eleitoral.

JORNADA ELEITORAL

No dia da eleição, as e os observadores da OEA visitaram um total de 455 seções eleitorais⁵ em 222 locais de votação de 15 estados do país, e do Distrito Federal e três cidades do exterior: Porto (Portugal), e Miami e Washington, DC (EUA). A Missão esteve presente também na sala de totalização do TSE e no Centro Integrado de Comando e Controle das Eleições, em Brasília.

Uma das novidades desta eleição foi que a votação se levou a cabo em um mesmo horário em todo o território nacional. Durante a manhã, os integrantes da Missão observaram a chegada dos mesários, que em alguns casos reacomodaram a disposição das seções para permitir maior espaço entre elas e proteger o sigilo do voto. Quase a totalidade dos observadores da OEA reportaram que os espaços de votação eram adequados e que se encontravam todos os materiais indispensáveis para exercer o sufrágio. Da mesma

² Teste realizado no mesmo dia da votação cujo objetivo é verificar se a votação inserida em um computador é exatamente a mesma que é contada na urna.

³ Ver: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/presidente-do-tse-lanca-sistema-para-recebimento-de-denuncias-sobre-desinformacao>

⁴ Estão incluídas *Facebook, Google, Instagram, Twitter, TikTok e Whatsapp*.

⁵ No Brasil, o termo “seção eleitoral” se refere à cada mesa de votação.



forma, observaram a correta impressão da zerésima⁶ antes da abertura, a qual se realizou de maneira pontual às 8hs e, na grande maioria dos casos, com membros titulares.⁷ A Missão reconhece o importante papel que desempenharam as mais de 1,8 milhões de pessoas, a maioria mulheres, convocadas para cumprir distintas funções nas seções eleitorais. Celebra, além disso, o compromisso cívico daqueles cidadãos/ãs que se ofereceram voluntariamente para desempenhar estas tarefas.

Segundo informação oficial do TSE, do total de 476.075 urnas instaladas no território nacional, unicamente 0,76% requereram ser substituídas, e cinco seções utilizaram o mecanismo de votação manual⁸. Por sua vez, a Missão observou três casos de votação no exterior⁹, onde não se contava com urnas de contingência, casos nos quais se utilizou o método de votação manual, tal como está previsto na normativa.

A Missão constatou que em algumas seções eleitorais, no momento da identificação biométrica, se geraram dificuldades na leitura da impressão digital de alguns eleitores, especialmente aqueles da terceira idade. Nesses casos, se observou que as e os mesários cumpriram a disposição de realizar até quatro tentativas de reconhecimento das digitais. Isso, em ocasiões, gerou certa demora no fluxo de votantes, ainda que não tenha impedido que pudessem exercer seu direito ao sufrágio, uma vez que, seguindo os procedimentos pré-estabelecidos, os presidentes de mesa habilitaram a urna com sua própria impressão digital após comprovar a identidade da pessoa no caderno de votação.

Os observadores da OEA reportaram desde os centros de votação uma grande afluência de eleitores, a maior parte dos quais contava com informação sobre a localização de suas seções. Durante a tarde, 91% das seções observadas tinha longas filas de eleitores, alguns dos quais reportaram ter esperado por mais de duas horas para poder exercer o sufrágio. Apesar disso, a Missão observou que a jornada transcorreu de forma tranquila e que não se registraram maiores incidentes. De acordo com informação publicada por volta das 18hs pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, se registraram 1.188 crimes eleitorais¹⁰, dos quais 312 foram relacionados à boca de urna, 163 à compra de votos ou corrupção eleitoral, 57 por violar (ou tentativa de) o sigilo do voto e 21 casos de transporte irregular de eleitores.

⁶ Documento emitido antes da eleição para comprovar que nenhum candidato recebeu votos prévios ao início do processo de votação.

⁷ Se observaram casos em que se tomaram membros de mesa de um banco de voluntários disponível em cada local de votação, situação que fluiu de maneira ordenada e permitiu a conformação das seções de maneira rápida.

⁸ TSE. Relatório de Ocorrências – Sintético.

⁹ Se observou o uso de uma urna de lona para as seções 230 e 1492 em Miami, uma para as seções 1886 e 3400 no Porto, e uma para as seções 0458 e 1250 em Washington, DC.

¹⁰ Os atos considerados crimes eleitorais no dia da eleição incluem: o uso de alto-falantes e amplificadores de som para promover candidaturas; convocar, juntar ou reunir eleitores para realizar propaganda de boca de urna; divulgação de qualquer espécie de propaganda no local de votação ou proximidades; patrocínio e publicação de novos conteúdos em aplicativos na internet; transporte ilegal de eleitores; violar ou atentar violar o sigilo do voto; entrega de alimentos de maneira gratuita; corrupção ou compra de votos; e ocasionar danos físicos às urnas de maneira intencional.



Em termos gerais, se observou a implementação uniforme dos procedimentos estabelecidos, como a outorga de prioridade para votar a mulheres grávidas, pessoas idosas ou com mobilidade reduzida. No entanto, se constataram casos de seções em que se requereu a todos os eleitores a assinar o caderno de votação, quando esta disposição havia sido estabelecida unicamente para aqueles que não contavam com dados biométricos ou quando sua digital não pudesse ser validada. Isso pôde contribuir também à formação de filas e às longas esperas reportadas.

As e os integrantes da Missão notaram ao longo da jornada uma baixa presença de fiscais de partidos políticos, ainda que esta tenha se incrementado ao final do dia. No momento do fechamento, as e os observadores da OEA constataram que todas as personas na fila puderam emitir o sufrágio, inclusive passadas às 17 hs, de acordo com o estipulado. Em média, as seções observadas concluíram seus trabalhos por volta das 18hs. Nesta etapa, se observou que em todas as seções se emitiram as cinco cópias obrigatórias do boletim de urna e que a maioria dos mesários dispuseram uma cópia em um lugar visível para a consulta dos cidadãos.

Os observadores da OEA seguiram o traslado das memórias (mídia de gravação) até os pontos de transmissão, desde onde reportaram que este procedimento foi realizado de maneira segura. Nesta etapa também observaram que, em alguns casos, as personas responsáveis da transmissão aguardavam o fechamento de todas as seções para transmitir os resultados de seu local de votação.

A partir das 17hs, se difundiram os primeiros resultados oficiais da eleição presidencial. Três horas mais tarde, o TSE contava com 70% da informação das seções de todo o país. Da sala de totalização do TSE, os técnicos da OEA constataram que o fluxo e a consolidação de resultados funcionaram de maneira adequada em todo momento. Por outro lado, a Missão saúda a decisão do TSE de publicar os boletins de urna, prática que foi implementada a partir desta eleição.

Após às 23:30hs da noite da eleição, se contava com 99,80% dos votos totalizados. Dado que nenhuma das candidaturas à presidência da república superou 50% dos votos, a autoridade eleitoral determinou a necessidade de celebrar um segundo turno presidencial entre os candidatos Luiz Inácio 'Lula' da Silva¹¹ e Jair Bolsonaro¹².

A Missão adverte, por último, que uma vez mais as mulheres continuarão marcadamente sub-representadas nos principais espaços de decisão política do país. Os dados difundidos pelo TSE indicam que, concluído o processo, apenas 2 de 27 governos estaduais ficarão em mãos de mulheres¹³. Quanto ao senado, das 27 cadeiras em jogo nestas eleições apenas 4 serão ocupadas por mulheres¹⁴.

¹¹ Que obteve 48,43% dos votos válidos.

¹² Que obteve 43,2% dos votos válidos.

¹³ No Rio Grande do Norte, e em Pernambuco onde duas mulheres passaram ao segundo turno.

¹⁴ Aquelas que correspondem a Brasília, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Tocantins



Agradecimentos

A Missão agradece ao governo do Brasil, pelo convite a observar estas eleições e às autoridades e funcionários do Tribunal Superior Eleitoral pela abertura e colaboração para que a Missão pudesse levar a cabo seu trabalho. Além disso, agradece às agrupações políticas, aos candidatos/as, aos observadores nacionais, às organizações acadêmicas e da sociedade civil, e a outros atores com quem se reuniu por sua disposição para compartilhar informação e seus pontos de vista sobre o processo eleitoral observado. Estes foram insumos fundamentais para o trabalho realizado pela MOE/OEA e contribuíram ao seu êxito.

A MOE agradece também as contribuições financeiras dos governos do Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Países Baixos, Peru, Portugal e Suíça que possibilitaram a implementação da Missão.

Como se indicou, a MOE/OEA acompanhará os preparativos do segundo turno e estará de volta ao Brasil para observar a votação do dia 30 de outubro. Após o segundo turno, dará a conhecer um segundo informe preliminar que detalhará observações e recomendações sobre cada um dos aspectos analisados e, uma vez concluído todo o processo, apresentará um relatório final ao Conselho Permanente da OEA com todas suas conclusões sobre os aspectos estruturais e substantivos a eleição.